

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

Ata da Vigésima Quinta Ordinária do
2º Período Ordinário da 18ª
Legislatura da Câmara Municipal de
Oriximiná.

Aos oito dias do mês de novembro do ano dois mil e dezessete, no Plenário Lucelindo Farias Tavares da Câmara Municipal de Oriximiná, sob a Presidência do vereador Antônio Odinélio Tavares da Silva Júnior, teve lugar a Sessão. Feita a chamada verificou-se a presença das vereadoras e vereadores: Francisco Azevedo Pereira, Joanyr da Rocha Estumano, Ivalter Barbosa Cardoso Filho, José Maria Calderaro Filho, Rafael Tavares Costa, Carmela Lucia Teixeira da Costa, Marcelo Augusto Andrade Sarubbi e Arnaldo de Oliveira Gemaque. Ausentes os vereadores: Edivaldo Jorge Castro de Souza, Manoel José da Cruz Malcher, Raimundo Tomé de Oliveira Wanzeler, Ana Cleyde Tavares Batista Filha, Joseane de Oliveira Seixas e Marta Monteiro Godinho, esses cinco últimos com ausências justificadas, por se encontrarem devidamente licenciados. Constatando haver número legal à hora regimental, o Sr. Presidente “Sob a Proteção de Deus e em nome do povo oriximinaense” declarou aberta a Sessão, solicitando ao 2º secretário que procedesse a leitura da Ata da última Sessão realizada na Casa, a qual lida submetida a discussão e posterior votação, foi aprovada por unanimidade. A seguir, o Sr. Presidente solicitou ao 1º Secretário procedesse a leitura das matérias agendadas para o expediente, da qual constou do seguinte: Requerimento nº 010/17, do vereador Zequinha, pede que seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal, solicitando que seja encaminhado a este Poder, cópia do convênio assinado para a construção de complexo esportivo no residencial Casa Populares; Requerimento nº 011/17, do mesmo vereador pede que seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal, solicitando as seguintes informações: 1 – Cópia do decreto de nomeação do responsável pelo sistema de controle interno da Prefeitura Municipal de Oriximiná neste exercício; 2 – Se o quadro funcional do sistema de controle Interno é integrado por servidor efetivos? 3 – Se houve capacitação deste servidores para pleno funcionamento do sistema de controle interno; 4 – Informar se o controle interno da Prefeitura atende a Resolução nº 7.739/2005/TCM/PA que ordena a criação do sistema de controle Interno no município; 5 – Requer cópia dos relatórios do sistema de controle internos elaborados neste exercício, contemplando várias questões contidas no requerimento; Ofício nº 292/17, recebido do Sr. Prefeito Municipal; Ofício nº 013/17, recebido da comissão organizadora do acordo de pesca nas

comunidades Boca dos Currais. Terminada a leitura do expediente, o Sr. Presidente, facultou a palavra aos senhores vereadores. Ocupou a tribuna o vereador Zequinha Calderaro, que após saudar os presentes, reportou-se sobre os requerimentos que apresentou justificando os mesmos. Primeiramente falou do que solicita que o executivo municipal encaminhe a este Poder cópia do convenio assinado para a construção de complexo esportivo no residencial Casa Populares, com base no que dispõe os dispositivos da Lei orgânica do município, como também para que possamos acompanhar as causas que poderá ocorrer futuramente com o meio ambiente. Outro pleito solicita diversas informações sobre o controle interno da prefeitura, uma vez que trata de um setor orientador do gestor municipal. Com tais informações concretas em mãos, vamos ter uma base da real situação que se encontra o nosso município em todos os aspectos. Não havendo mais nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente facultou a palavra aos Líderes Partidários. Com a palavra o vereador Zequinha Calderaro, reportou-se sobre a manifestação dos servidores públicos da prefeitura que estão reivindicando o cumprimento de um acordo firmado entre o SINDSMOR e o Sr. Prefeito sobre o pagamento da hora pedagógica que foi retirada e o Prefeito prometeu pagar em duas parcelas a revisão salarial desde o mês de setembro, bem como a primeira parcela do 13º salário. Ressaltou o Edil que o prefeito tem até o dia 30 de novembro para pagar a 1ª parcela e até o dia 20 de dezembro a 2ª parcela ou o valor integral do 13º. Sendo que os funcionários já estavam acostumados de receber a primeira parcela do 13º no mês de setembro, solicitaram a antecipação nas agencias bancarias, como o prefeito não pagou a referida parcela até a presente data, os bancos retiraram dos funcionários no salário do mês de outubro, deixando muitos servidores sem salários. Quanto a revisão salario, o projeto de lei deveria ser encaminhado a este Poder no dia 11 de setembro, mas só foi dado entrada no dia 29, sendo aprovado por este Poder em outubro, com isso o Prefeito deveria pagar em folha separada a diferença do mês de setembro e outubro já com o reajuste, mais infelizmente isto não aconteceu. Então são por estas razões que os servidores públicos fizeram uma paralização para reivindicarem seus direitos junto ao executivo municipal. Portanto para o Edil além de ser um governo da propaganda agora é sem palavra. A seguir o Sr. Presidente interrompeu a sessão para cumprimento do Intervalo Regimental de quinze minutos. Decorrido o tempo regimental, o Sr. Presidente passou a Primeira Parte da Ordem do Dia, solicitando ao 1º Secretário que fizesse a leitura das matérias em pauta para discussão e votação. Lido e submetido a discussão o primeiro requerimento do vereador Zequinha Calderaro. Dito requerimento, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Lido e submetido a discussão o segundo requerimento do mesmo vereador. Dito requerimento, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Esgotadas as matérias em pauta para discussão e votação, o Sr. Presidente passou a Segunda Parte da

Ordem do Dia, facultando a palavra aos senhores vereadores. Com a palavra o vereador Antonio Odinélio Junior, disse ser viável a manifestação do funcionalismo municipal, agora não existe nenhum acordo assinado com o SINDSMOR, inclusive das reuniões que participou. Disse ainda mesmo com as dificuldades financeira o Prefeito vai pagar o 13º do funcionalismo em duas parcelas. Em aparte o vereador Zequinha Calderaro, disse que realmente não existe o acordo assinado pelo Prefeito, sendo que o secretário de administração ficou de fazer algumas alterações, o prefeito iria assinar para em seguida repassar ao SINDSMOR, mais infelizmente isto não aconteceu. Continuando o vereador Antonio Odinélio Junior, lembrou que o prefeito propôs uma comissão especial para análise da folha de pagamento dentre outras situações. Portanto isto demonstra que o prefeito tem interesse e resolver a questão sobre o funcionalismo municipal. Agora não concorda com a paralização dos professores, até porque quem será prejudicado são os alunos. Não havendo mais nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra. E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente “Em nome de Deus”, encerrou a Sessão, marcando outra para a próxima terça feira, no horário regimental. Para constar foi lavrada a presente Ata. Eu, _____, 2º Secretário, subscrevo a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais membros da Mesa.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário